

O PROJETO CIVILIZATÓRIO NACIONAL DO INSTITUTO DE NUTRIÇÃO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (1946-1960)

Maria Leticia Galluzzi BIZZO¹
Nisia Trindade LIMA²

■ **RESUMO:** A partir de artigos publicados na revista científica *Arquivos Brasileiros de Nutrição* no período 1944-1960, analisa-se o papel do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil como lugar de ideias científico-políticas que pregavam a garantia da alimentação pública como um meio de se elevar o Brasil, mantendo um diálogo com chaves de leitura e teorias disponíveis no pensamento social brasileiro de explicação da especificidade nacional e de suas potencialidades. A histórica fome do brasileiro, segundo tais ideias, representava a principal questão nacional, causadora de todos os demais problemas do país – como doenças, baixa produtividade, falta de um papel político para o povo e subdesenvolvimento – e era determinada por causas socioeconômicas e por despreteção por parte do Estado. Valendo-se da má alimentação como epicentro dos demais males nacionais, oferecia-se uma explicação alternativa às já pertencentes ao acervo da tradição do pensamento social, formulada com ajuda da elaboração intelectual de novos elementos teóricos de compreensão do Brasil. Refazer o Brasil pela resolução de sua dicotomia barbárie/civilização, em uma orquestração de conhecimento, direitos, educação, novos hábitos – através da alimentação – seria, segundo as ideias analisadas, trabalho movido pela racionalidade da moderna ciência inspirando o progresso social, mediante modificações na sociedade lideradas pelo Estado.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** História da nutrição. Fome. História da medicina. Pensamento social brasileiro.

¹ UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição Josué de Castro – Departamento de Nutrição Social e Aplicada. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-590 – galluzzi@acd.ufrj.br

² FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz. Casa de Osvaldo Cruz – Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21045-900 – lima@fiocruz.br

O Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil e seu projeto civilizatório para o país

Criado em 1946, como resultado da doação do patrimônio do Instituto de Tecnologia Alimentar, o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB) tinha por finalidades a formação de médicos nutrólogos e nutricionistas, bem como a realização de pesquisas afeitas à alimentação. Idealizado e dirigido pelo médico Josué de Castro, compunha-se de três seções, as quais realizavam ensino e pesquisa.

A Seção de Pesquisas Sociais e Educação Alimentar tinha à frente Pedro Borges, médico paraense especializado na Argentina, dedicado aos temas da produção de alimentos e da alimentação deficiente de determinados grupos da população brasileira, e que viria mais tarde a assumir a chefia dos Serviços de Alimentação da Universidade do Brasil. Essa seção objetivava o estudo da má alimentação como questão socioeconômica, e também a formulação e implementação de intervenções educativas em nutrição, especialmente com escolares.

A Seção de Pesquisas Biológicas era coordenada pela romena Emília Pechnik, química que viera da Europa fugindo à guerra. Esse setor, mediante técnicas de química bromatológica e de nutrição experimental com uso de cobaias, conduzia pesquisas acerca da composição e ação orgânica de alimentos nacionais, não apenas aqueles alimentos de uso mais disseminado, mas também os utilizados apenas em determinadas regiões do país, como por exemplo os “alimentos bárbaros do sertão” (CASTRO et al, 1948, p.18).

Já a Seção de Patologia da Nutrição era chefiada pelo médico Clementino Fraga Filho, especialista em distúrbios hepáticos, chefe de serviço na Santa Casa de Misericórdia e filho de Clementino Fraga, ex-diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública. Alicerçado na fisiopatologia e na dietoterapia alimentares, esse setor tinha por finalidades o tratamento de pacientes hospitalizados e a condução de pesquisas experimentais acerca da interrelação entre alimentação e doença, tanto em termos de enfermidades carenciais como de patologias sem causa nutricional direta. Instalada a sede administrativa do Instituto na Avenida Rio Branco, suas aulas teóricas e práticas tinham lugar no Largo da Misericórdia, na Santa Casa.

Embora fosse uma instituição cujos fins consistiam no ensino e na pesquisa, as características do trabalho científico-intelectual desenvolvido no INUB dele fizeram um lugar de ideias que produzia e difundia propostas científico-políticas acerca da má alimentação brasileira. Para fins do presente artigo, interessam mais de perto os trabalhos conduzidos ou chancelados pelo INUB envolvendo o diagnóstico e a proposição de soluções, em termos biológico-sociais, para os problemas alimentares brasileiros, e para a configuração que, segundo essas ideias, o Estado nacional deveria adotar no sentido de se superarem tais problemas.

No cenário tanto do Instituto quanto nacional, a liderança de tais ideias era exercida por Josué de Castro. Médico pernambucano, fundador e primeiro diretor de todos os primeiros órgãos públicos brasileiros voltados para a questão alimentar nacional – Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940), Serviço Técnico de Alimentação Nacional (1942), Instituto de Tecnologia Alimentar (1944), Comissão Nacional de Alimentação (1945) – foi também professor da Faculdade de Medicina do Recife, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Foi presidente independente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (1952-1956) e sempre manteve intensa interlocução com instituições científicas de diversas partes do mundo, tendo ainda sido agraciado com vários prêmios de mérito acadêmico e humanitário. Cassado pelo regime militar em 1964, passou a residir e lecionar em Paris, onde faleceu em 1973 (NASCIMENTO, 2007). Em sua obra predominou o tema da fome como problema biológico-social brasileiro.

Criados em 1944 pelo já referido Serviço Técnico de Alimentação Nacional, os *Arquivos Brasileiros de Nutrição* constituir-se-iam no primeiro periódico científico nacional de nutrição. A partir de 1946, passariam a ser editados pelo INUB. Neles eram publicados trabalhos de autores de expressão, ligados a órgãos de ensino, pesquisa e assistência na área, como o próprio INUB, outras instituições acadêmico-científicas e órgãos de política nacional de alimentação. Essa revista se constitui em um veículo privilegiado para se avaliar a ação do INUB não apenas como uma instituição produtora mas também

como um órgão que difundia e avalizava certas ideias. Dentre essas ideias, destacam-se aquelas que giravam em torno do tema da garantia da alimentação pública como um meio de se elevar o Brasil. Assim, o recorte aqui adotado centra-se especialmente nos materiais publicados em *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, admitindo-se que os artigos ali publicados, fossem ou não resultado de trabalhos conduzidos no INUB, representavam uma chancela às ideias neles contidas³. Nesse escopo, a preocupação central do presente trabalho consiste na análise do cerne dessas ideias, cerne que se situa na contraposição entre um Brasil atrasado e um Brasil ideal – este, moderno e civilizado – através do tema da alimentação do povo brasileiro. O recorte temporal eleito para a investigação principia em 1944, ano de criação da revista, e finda em 1960, quando começa a perder força essa ação interpretativa e propositiva modernizadora para o Brasil nos moldes em que vinha sendo praticada.

Segundo essas ideias, o Brasil atrasado corresponde ao Brasil real, no qual a fome se constitui na principal questão nacional, causadora de todos os demais problemas do país – doenças, baixa produtividade, falta de um papel político para o povo, subdesenvolvimento, etc. – e determinada por causas socioeconômicas.

Quanto ao Brasil ideal projetado, corresponde a um país em que a produção agrícola, a ração alimentar nacional e as políticas públicas de alimentação são orientadas pela ciência, a ‘ciência da nutrição’, através de cuja racionalidade a fome poderia ser superada, e assim se construir uma nação hígida, produtiva, ativa, feliz e civilizada.

O diálogo com ideias do pensamento social brasileiro

A injeção biologicossocial na interpretação e proposição sobre a sociedade brasileira faz parte da história da saúde e do pensamento social do país e se manifesta em diversos exemplos, como o do movimento sanitarista da Primeira República - cujos participantes apontam a doença como distintiva do brasileiro (LIMA; HOCHMAN, 2000) e atuam na configuração de uma ideologia de construção da nacionalidade (CASTRO-SANTOS, 1985).

³ Nesse sentido, foram inclusive englobados na pesquisa artigos de autores que tornar-se-iam desafetos intelectuais do principal nome do INUB (Josué de Castro), como os professores Francisco Pompeu do Amaral e Néelson Chaves.

No terreno da nutrição, influxos do contexto internacional fazem com que, especialmente nos anos 1930, ela passe a contar, no cenário mundial, com um papel científico e político circunstanciado, por influência dos seguintes fatores: a partir dos anos 1850, uma nova interpretação da fome e da pobreza como problemas sociais e de saúde pública moralmente inaceitáveis, pondo-se a superação da fome no centro das ações recomendadas de mudança social e modernização; regulações sociais mais expressivas por parte dos Estados, principalmente europeus, a partir da segunda metade do século XIX; a idéia de alimentação como essencial para a prevenção de doenças infecciosas, principal problema de saúde da época; e a crise internacional entreguerras no século XX (BARONA, 2008, p.88). Os problemas alimentares oriundos da Primeira Guerra e da Grande Depressão de 1929 vieram demandar conhecimentos mais especializados de nutrição, gerando uma transformação social e científica que redundara na instituição, por alguns Estados, de programas alimentares, de políticas agrícolas e econômicas, e de condições para a pesquisa científica, condições essas que viriam a configurar especialistas locais e internacionais que seriam importantes na concepção e implementação de políticas públicas (BARONA, 2008, p.100).

No caso brasileiro, tem lugar, no período Vargas, um fortalecimento do projeto político-ideológico de construção nacional (LIMA; FONSECA; HOCHMAN, 2005). Isto contribuiria para estimular um maior exercício e disseminação das ideias da nutrição afeitas ao terreno do pensamento social e político – especialmente em face do quadro de criação e robustecimento do Estado nacional cujas diretrizes viriam a gerar a oportunidade de inserção da nutrição na burocracia e nas políticas de *state-building*, particularmente pela fundação, a partir de 1940, dos já referidos primeiros órgãos brasileiros de política alimentar (L'ABBATE, 1988) – assim como no diálogo com ideias já presentes no pensamento social brasileiro e com ideias circulantes a partir do *Instituto Nacional de la Nutrición* da Argentina (MAURÍCIO, 1964) e da Organização de Saúde da Liga das Nações (WEINDLING, 2006).

Embora ainda insuficientemente explorado pela historiografia, o exercício do pensamento social e político em alimentação como meio diagnóstico-propositivo no Brasil foi bastante disseminado nas décadas de 1930 a 1950, mas já estava presente na produção de autores anteriores ao século XX – como

na obra do farmacêutico Rodolfo Marcos Teófilo, em particular no livro *A Fome: Cenas da Seca do Ceará*, publicado em 1890. É, porém, com a obra de Josué de Castro, por sua tipificação e extensão e pelas sociabilidades envolvidas, que o tema ganha maior destaque. Por sua trajetória junto à burocracia estatal, a órgãos acadêmico-científicos, a organismos internacionais e no parlamento, Castro obteria uma visibilidade muito mais elevada para sua obra do que outros cientistas brasileiros de nutrição da época, inclusive do INUB.

Assim, em contraposição à extrema escassez de análises acerca desses demais autores, há substancial número de trabalhos investigando, sob recortes e ênfases diferenciados, o pensamento de Castro.

Para Eronides da Silva Lima, Castro teria sido pioneiro da ideia de fome como fenômeno biológico-social no Brasil e, a partir da década de 1930, auxiliado a eleger a fome como problema social significativo do país (LIMA, 1998). Rosana Magalhães aponta a abertura ao pensamento social em debates presentes em sua obra nos anos 1930, como o tema da identidade nacional, a interpretação de que seria a fome – e não as circunstâncias climático-mesológicas ou raciais – a origem dos males nacionais, e os efeitos deletérios do latifúndio monocultor; nas décadas de 1940-1950, sua obra aproximar-se-ia do sanitarismo desenvolvimentista (MAGALHÃES, 1997). Já Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos (2001) aponta o papel de Castro no exercício, junto a outros médicos, de um pensamento social sobre alimentação como questão coletiva, que teria contribuído para a conformação do campo da nutrição em saúde pública no país. Lúcia Lippi Oliveira (2007) ressalta a importância exercida pelo médico pernambucano no debate dos anos 1950 sobre a construção do futuro do país – ao defender a superação de estruturas econômicas dependentes que obstaculizariam o desenvolvimento, no bojo da ideia de fome como perigosa expressão biológica de males sociológicos tais como a estrutura agrária feudal, o regime desigual de posse de terras, as iníquas relações de trabalho –, contribuindo assim para a conformação de uma teoria explicativa da miséria e do subdesenvolvimento na época.

Embora sejam diversos os autores do pensamento social brasileiro citados nos trabalhos publicados na revista do INUB – como, por exemplo, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Paulo

Prado, Oliveira Lima, Gilberto Freire, Oliveira Viana e Caio Prado Júnior – muitos dos debates presentes não fazem referência explícita a diálogo com autores específicos, mas adentram questões contemporâneas e/ou anteriores da agenda da tradição ensaística nacional. Diferentes temas enunciados nos trabalhos de cunho social veiculados por *Arquivos Brasileiros de Nutrição* tangem assuntos recorrentes no pensamento social brasileiro. Dentre as principais categorias nesse sentido, destacam-se: colonialismo; agrarismo; monocultura exportadora; latifúndio; atraso técnico; irracionalidade do Estado; privatismo; intervencionismo econômico; abandono da população; indolência do trabalhador; exploração do homem pelo homem; necessidade de educação. Esses temas são acionados para dar um norte explicativo ao atraso brasileiro, fazendo-se um contraponto com o potencial de superação do barbarismo e do desenvolvimento que o Brasil poderia alcançar.

Nos artigos em análise, as referências a temas muito específicos de alimentação, pinçados do conjunto da tradição ensaística, são menos frequentes do que a referência a esses pontos recém-citados, exceção geralmente feita a considerações acerca de hábitos alimentares de determinados segmentos populacionais ou regiões do Brasil, assim como a determinadas condições patológicas que já se sabia ou inferia terem causa nutricional direta.

Portanto, embora autores como Gilberto Freire, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Sérgio Buarque de Holanda e Hélio Jaguaribe, dentre outros, toquem, em graus diversos, em certos aspectos mais adstritos à questão da alimentação e da autossuficiência alimentar, seus escritos a respeito não são usados como base de debate muito aprofundado do tema da nutrição no conjunto de ideias aqui perscrutado, lugar primordialmente concedido aos médicos e cientistas da nutrição, particularmente aos estrangeiros. Alguns autores do pensamento social, por sua vez, citam trabalhos e ideias da nutrição, majoritariamente ideias de Josué de Castro.

As ideias presentes no projeto civilizatório

Em relação ao conteúdo das ideias aqui em análise, a sub-alimentação é salientada como uma condição típica do atraso,

a ser superada mediante um conjunto de reformas orientadas por esses cientistas de nutrição, as quais trariam a modernidade e ergueriam o Brasil, de sua original condição bárbara, a um elevado grau de civilização.

De acordo com os autores, sendo a “sub-alimentação nacional” o principal e mais complexo problema do país, representaria um desafio aos dirigentes e requereria urgente e adequada solução; caso contrário, estariam comprometidas todas as demais medidas de valorização biológica, social e econômica do brasileiro (A SITUAÇÃO..., 1947). Não deveriam ser medidos gastos e esforços em seu combate, pois estaria em jogo a sobrevivência nacional (SANTOS, 1951).

Segundo tais ideias, a sub-alimentação seria um grave problema que estivera sempre presente na história nacional (SIQUEIRA, 1951). Do ponto de vista moral, ela significaria a inobservância de um direito humano (RELATÓRIO..., 1950). Do ponto de vista sanitário, constituiria um epifenômeno patológico, pois, antes da doença específica, já existiria no organismo a enfermidade genérica da subnutrição (CAUSAS, 1953) – e, portanto, doenças muito prevalentes no país, como malária, tuberculose, lepra, tracoma e ancilostomíase, teriam por base, na verdade, a má alimentação (CASTRO, 1958). Conflitos sociais, tanto internos quanto externos, poderiam ser desencadeados por deficiência de abastecimento alimentar e miséria econômica da população (FOMENTO..., 1959), catapultando a fome à condição de explosivo político, capaz de subverter governos e sistemas (FOME..., 1957). Sob o aspecto da segurança nacional, a fome do brasileiro poderia implicar em derrota militar perante povos corretamente nutridos (A DESIDRATAÇÃO..., 1944). Em resumo, ela afetaria a condição nacional, fazendo do Brasil um “país de fome”, uma “sub-nação” (AMARAL, 1951, p.525).

Ainda segundo esse ideário, o povo brasileiro estaria permanentemente em estado de subnutrição, sendo ainda atingido, devido a várias circunstâncias, por surtos de fome aguda (A SITUAÇÃO..., 1947). Isto configuraria uma tentativa de extermínio da população brasileira, tentativa à qual o heróico povo viria resistindo há quatro séculos, em uma luta desigual (SIQUEIRA, 1951), sob um cenário apocalíptico de fome (O PROBLEMA..., 1951). No Nordeste, por exemplo, essas ideias afirmam que vive-se, emigra-se e morre-se de fome (BORGES; MORAES, 1958) e que, para não perecer, o sertanejo recorre a

alimentos considerados “bárbaros” (ou seja, coisas que não são de comer) (PARAIM; LIMA, 1960, p.80-81).

O nível cada vez mais baixo do povo brasileiro em função da fome (O PROBLEMA..., 1951) seria o verdadeiro responsável pela injusta acusação ao trabalhador – maior capital da nação (MONTEDÔNIO, 1959) – de indolente, sem um correto exame das causas desse quadro (PAULA, 1949), situação essa extensiva à figura do Jeca (PARAIM, 1944). Seria a fome o determinante da fraqueza física, do desinteresse e da falta de ambição envolvidos na indolência (SIQUEIRA, 1949). A atestar o esforço laborativo do brasileiro, estaria seu incansável empenho no trabalho ligado à agricultura, demonstrado ao longo de toda a história nacional (DA CONSCIÊNCIA..., 1947). Especialmente as populações rurais estariam historicamente abandonadas (SANTOS, 1951). Seria urgente “recuperar para o patrimônio biológico e social do Brasil a imensa multidão dos nossos patrícios deixados ao abandono” (CAMPANHA..., 1947, p.3).

Dado que uma adequada alimentação seria um requisito básico para o trabalho e para a criação de riquezas por parte de grupos humanos (A SITUAÇÃO..., 1947), uma completa revisão da alimentação das coletividades nacionais seria imprescindível, pois melhorar a alimentação do povo seria uma condição para se erguer o nível econômico da nacionalidade (O PROBLEMA..., 1951).

Aliado ao valor do homem, estaria o valor da flora brasileira, cujos frutos de alto valor nutritivo precisariam ser melhor estudados para serem empregados no combate disseminado à fome (CAMPOS; PECHNIK; SIQUEIRA, 1951).

A alimentação deficiente estaria também envolvida tanto nas causas quanto nas consequências do subdesenvolvimento. A produtividade muito baixa dos países técnica e economicamente subdesenvolvidos seria resultado do nível biológico de sua população; assim, no caso brasileiro, na base da crise histórica contemporânea haveria uma crise de ordem biológica (REELEITO..., 1953). Apesar de todos os recursos da medicina moderna, como, por exemplo, os antibióticos, os subdesenvolvidos apresentariam taxas de mortalidade historicamente há muito superadas por outros países (BORGES, 1959). Além disso, nos países subdesenvolvidos o valor calórico das rações se reduzira e, quase dez anos após o final do segundo conflito bélico mundial, ainda não retornara aos níveis do pré-guerra (DISPONIBILIDADES..., 1953).

Segundo tais ideias, as principais causas da má alimentação do brasileiro, e, conseqüentemente, do atrasado nível geral do Brasil, estariam consignadas em fatores economicossociais. Seria ingênuo, por conseguinte, se pensar que a solução do problema alimentar brasileiro estaria nas mãos dos nutrólogos e higienistas, pois os órgãos dedicados à questão alimentar pouco poderiam fazer se providências economicossociais não fossem adotadas, cabendo aos especialistas o papel de determinar as causas e efeitos do problema e de propor as medidas corretivas adequadas (ALIMENTAÇÃO..., 1948).

O benefício do povo brasileiro deveria ser posto acima de tudo (O TRIGO..., 1948), não devendo interesses pessoais sobrepujar os nacionais (COORDENAÇÃO..., 1958). Por serem graves os fatores sociais e econômicos envolvidos na determinação do problema (SANTOS, 1951), a solução da fome estaria ligada à de outros entraves nacionais de base (RELATÓRIO..., 1950) e demandaria espírito progressista (COUTINHO, 1947). A crise alimentar contemporânea não seria fortuita, mas resultado de um iníquo sistema econômico há muito imperante no país, bem como da ausência de um plano de política alimentar adequado (SIQUEIRA, 1951). Seria impossível a adequação alimentar brasileira dentro da organização econômica vigente, pois era preciso restringir certos privilégios e concretizar profundas transformações sociais (O PROBLEMA..., 1951), adotando novos rumos para a economia nacional, que viabilizassem se refazer o Brasil (SIQUEIRA, 1951). Isto incluiria transformar o estado de exploração do pobre, do homem comum, pelo rico, pois na economia brasileira estariam prevalecendo os interesses de uma minoria de ricos que, movida por uma ganância sem freios, deteria a quase totalidade das riquezas nacionais (SIQUEIRA, 1951).

Assim como para o desenvolvimento do país seria necessário solucionar a questão alimentar, essa mesma solução dependeria do desenvolvimento econômico do Brasil, representado em múltiplos fatores, dentre os quais a produção de alimentos e seu transporte e distribuição, bem como o nível de renda e educação da população (ALIMENTAÇÃO..., 1948). Sendo o problema alimentar multifacetado, envolvendo questões médico-sanitárias e economicossociais (SILVA, 1947), o planejamento de uma alimentação brasileira racional deveria ser intersetorial, abrangendo agricultura, indústria, comércio, educação, transportes e outros (POLÍTICA..., 1947).

A providência mais imediata que deveria ser adotada seria a de se modificar o sentido da economia, orientando-se a produção para o consumo e não para o mercado, deixando-se de produzir apenas para o exterior (A SITUAÇÃO..., 1947). Seria necessário estabelecer uma política de produção de alimentos para a população brasileira, mediante a transformação do panorama agrário, através de medidas como a concessão de acesso dos trabalhadores à terra e a criação de pequenas propriedades produtoras de alimentos contíguas aos centros urbanos (A SITUAÇÃO..., 1947). Tais medidas seriam justificadas pelo fato de que, na raiz da subnutrição do brasileiro, estariam também presentes fatores históricos e culturais, dentre os quais destacavam-se o regime latifundiário – uma permanência colonial – e a política quase exclusiva de produção tropical, relegando a segundo plano as culturas de subsistência (O RELATÓRIO..., 1947). Ao colonizador português, mais teriam importado os aspectos comerciais do que os de subsistência alimentar, o que teria favorecido o sistema de monocultura de exportação (SANTOS, 1951). Esse regime, praticado desde a estruturação do Brasil-colônia, através da produção de matérias primas e gêneros voltados para o aproveitamento das conjunturas do comércio exterior, teria absorvido grande parte do esforço de trabalho nacional, ficando o “dever precípuo de produzir alimentos para atender às necessidades da população do país” esquecido pelos que orientavam a produção; nem mesmo com as transformações políticas por que passara o país cindia-se o descompromisso com a produção de gêneros alimentícios (A SITUAÇÃO..., 1947). O advento da industrialização teria severizado o quadro, pois, mal conduzido, levava a agricultura para um plano inferior (CHAVES, 1960). Seria preciso romper-se com a economia agrícola de feição colonial (POLÍTICA..., 1947), e as possibilidades nesse sentido seriam vastas, uma vez que não existiria país com maior potencial agrícola do que o Brasil (A DESIDRATAÇÃO..., 1944). A produção agropastoril deveria ser aconselhada pela ciência a atender aos interesses da alimentação pública, para se obter a elevação do homem brasileiro, do qual dependeria o poderio físico, mental e econômico da nação (AMARAL, 1951).

Dentre as causas presentes no quadro determinante da sub-alimentação brasileira estaria, ainda, a indiferença dos encarregados de zelar pela saúde e bem-estar do povo em relação ao problema (SIQUEIRA, 1951). Os dirigentes pouco conheceriam

sobre os reais motivos dos problemas que administravam, o que ajudaria a explicar a continuidade de muitos desses entraves (CAUSAS..., 1953). Além disso, faltaria, no interior da administração pública brasileira, integração entre atividades e setores (O PROBLEMA..., 1951). Todos esses fatores redundariam em medidas pontuais e ineficazes em relação à fome (SIQUEIRA, 1951), estabelecidas de forma desorganizada por “[...] uma máquina burocrática dispendiosíssima, emperrada, viciada e enterrando o desenvolvimento e o progresso” (CHAVES, 1960, p.105). Por fim, no conjunto das necessárias medidas de maior cuidado da coisa pública (O PROBLEMA..., 1951), sugeria-se a criação de um “Ministério da Alimentação Nacional”, regido pela premissa de exercer um trabalho técnico, sério e honesto, livre de práticas de apadrinhamento de afilhados (SIQUEIRA, 1951), a fim de se reorganizar a política alimentar de forma impessoal (COORDENAÇÃO..., 1958).

Considerações finais

Ao propor caminhos em direção à modernização do país mantendo um diálogo com chaves de leitura e teorias disponíveis de explicação da especificidade nacional e de suas potencialidades, o material aqui selecionado, publicado na revista do INUB, guardou uma característica geral demonstrativa de um esforço de interpretação sobre o Brasil que exibia pontos de contato com diversos temas presentes no pensamento social e político brasileiro. Ao se forjar uma matriz de pensamento cujo elemento central se traduzia na fome como problema número um e epicentro dos demais males nacionais, oferecia-se uma explicação alternativa às já pertencentes ao acervo daquela tradição do pensamento social, formulada com ajuda da elaboração intelectual de novos elementos teóricos de compreensão do Brasil. Incorporada ao interior de um revista científica singular – editada por uma instituição de ensino e pesquisa de uma área de conhecimento que pretendia se firmar como ciência e pertencente ao âmbito de uma grande universidade do país –, essa produção de natureza mais ensaística estaria calcada em um argumento sobre a fome construído a partir de uma hibridação teórica biológico-social e forneceria um modelo analítico-propositivo cujo entendimento

do país, de sua formação social e das forças sociais de mudança requeridas, tornando-se assim referência básica na nutrição em função da penetração das ideias veiculadas.

Aprofundando a investigação das características constitutivas da sociedade brasileira no bojo da instituição do processo de formação do Brasil como nação, esse conjunto de ideias rompe com modelos paradigmáticos mesológico-climáticos e raciais, bem como com acepções de identidades negativas socialmente atribuídas ao homem brasileiro, como a do Jeca indolente. Abandonado, heróico e sofrido, esse homem é resgatado pela dissecação da causa alimentar de suas fraquezas, opção ratificada pela identificação dessas ideias com valores do povo, como os recursos alimentares regionais adotados em premências extremas da fome. A preocupação com a definição do nacional conduz à delimitação de sua identidade como a de um faminto, e, assim, inferior, em uma representação de fome/subalimentação como um dístico da condição brasileira.

Ainda segundo esse ideário, dentre os elementos que configurariam a construção da complexa organização social e política do Brasil estariam aspectos como as práticas de exclusão atinentes à esfera da economia de mercado e da personalidade do Estado, práticas essas entendidas como permanências no âmbito da sociedade brasileira.

Condenados por nosso passado, multifacetados males de origem afetar-nos-iam, estando em primeiro plano na hierarquia interpretativa das causas da má alimentação do brasileiro – e, conseqüentemente, do atraso do país – graves erros sociais e econômicos. Dentre eles, seriam destacados a exploração do homem, por interesses particulares ou por espoliação/desproteção pelo Estado, bem como a incrustação de um Brasil estranho a si mesmo na mobilização de uma máquina gigantesca de monotônica produção para o exterior, a qual mais condenaria o brasileiro à fome, pela falta de culturas agrícolas de subsistência.

No conjunto de ideias aqui investigado, a análise das estruturas institucionais brasileiras teria centralidade na proposição da passagem de uma sociedade bárbara para uma sociedade civilizada. Ser civilizado seria viver em uma sociedade renovada por muitos predicados: igualitária; com o interesse público acima de tudo; garantindo direitos como o de uma alimentação condigna; proporcionando desenvolvimento material e cultural; caracterizada por moralidade e seriedade públicas; em

um mundo agrário novo. Tudo isso, coordenado por um Estado racional provedor de políticas, serviços e controles.

A concepção de tempo evidencia uma relação circunstanciada com o passado e o presente subjacentes a esse ideário, na qual elementos tais como a fome como permanência histórica, bem como a razão nacional que retrocede no tempo e estaciona em níveis dantes já ultrapassados, e ainda o regime semifeudal de monocultura latifundiária de exportação resumem um passado que se prolonga ao presente, mas com o qual a ruptura é entendida como urgente; tanto mais que a 'moderna ciência da nutrição' praticada pelos autores em apreço considera deter o conhecimento de como se romper a barreira do atraso e se acelerarem o futuro e suas soluções.

Finalizando, a articulação entre ideias e interesses dentre intelectuais envolvidos no ideal de transporte de sua cosmologia para a realidade, ajudaria a condicionar a escolha, formulação e resolução do objeto por eles escrutinado, e do projeto civilizatório a ele referido. Segundo Bendix (1996), nas sociedades atrasadas, essa articulação entre ideias e instituições sociais em função da modernização e da construção do Estado nacional permearia a ação da *Intelligentsia* pela injunção de ideias nacionais e estrangeiras, pela resposta a estímulos intrínsecos e em face da difusão de ideias e técnicas estrangeiras, assim como da mobilização do nacionalismo e da concepção de um papel para a ação governamental. É precisamente o que se observa quanto a este conjunto de ideias. Refazer o Brasil pela resolução de sua dicotomia barbárie/civilização, em uma orquestração de conhecimento, direitos, educação, novos hábitos, seria, segundo as ideias analisadas, trabalho movido pela racionalidade da moderna ciência inspirando o progresso social mediante modificações na sociedade. No caso em questão, uma atmosfera modernizante nacionalista estaria presente tanto no cenário intelectual brasileiro no qual o pensamento social se inseria, quanto em espaços de ciência e política estrangeiros onde essa incipiente nutrição brasileira representada no INUB transitava, como a já aludida medicina argentina e os organismos internacionais. O projeto civilizatório nacional, configurado no modelo explicativo-causal e nas medidas saneadoras da fome e do atraso brasileiros, presentes nessas ideias veiculadas pelo INUB, teria por premissa uma reforma social orientada pela ciência e liderada pelo Estado, na qual progressismo, patriotismo e política alimentar convergiriam

em um investimento no homem, para remoção dos obstáculos ao *nation and state-building*, erguendo a nacionalidade e redimindo-a do atraso. E inscrevendo o Brasil na civilização não mais da comida bárbara, mas da alimentação pública.

BIZZO, M. L. G.; LIMA, N. T. The national civilizatory project of the Institute of Nutrition of the University of Brazil (1946-1960). *Perspectivas*, São Paulo, v.37, p.191-209, jan./jun. 2010.

■ **ABSTRACT:** *The role of the Institute of Nutrition of the University of Brazil as a place of generation of scientific and political ideas is analysed through research in articles published in its scientific journal Brazilian Archives of Nutrition (Arquivos Brasileiros de Nutrição) during the period 1944-1960. Those ideas stressed the correct feeding of the public as a means of raising Brazil as a State, in close dialogue with key interpretations and theories, originated in the Brazilian social and political thought, which tried to explain the national specificities and potentialities. The historical hunger in Brazil, according to the ideas vehiculated by the Institute, consisted in the major national issue, and was responsible for all the other problems of the country – such as diseases, low labor productivity, lack of a political role for the people, and underdevelopment – and was determined by socioeconomic causes and absence of protectiveness by the State. Taking the underfeeding as the epicenter of the other national problems, those ideas offered up an alternate explanation to those already belonging to the traditions of the Brazilian social thought, and have been formulated with the help of intellectual elaboration of new theoretical elements of understanding of Brazil. Remaking Brazil by the resolution of its barbarism/civilization dichotomy, according to an orchestration of knowledge, rights, education, and new habits – through feeding – would consist in a task to be driven by the rationality of modern science inspiring social progress, and through changes in society led by the State.*

■ **KEYWORDS:** *History of nutrition. Hunger. History of medicine. Brazilian social thought.*

Referências

ALIMENTAÇÃO, problema nacional. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.5, n.4, p.2-4, 1948.

AMARAL, F. P. do. Considerações à margem do problema da alimentação de nosso povo. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.8, n.6, p.523-525, 1951.

BARONA, J. L. Nutrition and health: the international context during the inter-war crisis. *Social History of Medicine*, Oxford, v.21, n.1, p.87-105, 2008.

BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BORGES, P.; MORAES, N. Estrutura econômico-social do nordeste, alimentação e endemias. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.161-175, 1958.

BORGES, P. A. Problemas de ordem econômica e social relacionados com a saúde e a alimentação das crianças e meios de resolvê-los. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.117-120, 1959.

CAMPANHA de Alfabetização de adultos e educação sanitária. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.3, 1947.

CAMPOS, F. M.; PECHNIK, E.; SIQUEIRA, R. Valor nutritivo de frutos brasileiros. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.99-162, 1951.

CASTRO, J. Saúde e alimentação. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.153-162, 1958.

CASTRO, J. et al. Alimentos bárbaros do sertão do nordeste. *Trabalhos e Pesquisas / Instituto de Nutrição*, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.18-23, 1948.

CASTRO-SANTOS, L. A. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção de nacionalidade. *Dados*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

CAUSAS e efeitos. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.9, n.4, p.315-320, 1953.

CHAVES, N. O problema da proteína no Nordeste brasileiro. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.104-6, 1960.

COORDENAÇÃO da política alimentar. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.5-8, 1958.

DA CONSCIÊNCIA agrícola nacional. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.3-5, 1947.

COUTINHO, R. Mesa redonda sobre alimentação. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.70-72, 1947.

A DESIDRATAÇÃO dos alimentos no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.231-236, 1944.

DISPONIBILIDADES de produtos pecuários. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.95-100, 1953.

FOME - dura realidade. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.5-8, 1957.

FOMENTO ou racionamento?. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.5, 1959.

LIMA, E. S. Gênese e constituição da educação alimentar: a instauração da norma. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.57-83, 1998.

LIMA, N. T.; FONSECA, C. M. O.; HOCHMAN, G. A saúde na construção do Estado Nacional no Brasil: reforma sanitária em perspectiva histórica. In: LIMA, N.T. ; GERSHMAN, S.; EDLER, F. C.; SUÁREZ, J. M. *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p.27-58.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.313-332, 2000.

MAGALHÃES, R. *Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1997.

MAURÍCIO, H. V. A. Evolução da nutrição e do seu ensino no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.20, n.2, p.117-34, 1964.

MONTEDÔNIO, J. de M. *Fatores alimentares na prevenção das doenças nas Forças Armadas - II*. Arquivos Brasileiros de Nutrição, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.71-80, 1959.

NASCIMENTO, R. C. N. *Josué de Castro, o sociólogo da fome*. 2007. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/Consea/static/documentos/Outros/Consultoria%20FBB%20Josu%E9%20de%20Castro.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

OLIVEIRA, L. L. *A invenção do Nordeste e do nordestino*, 2007. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6649/LuciaLippi_XIICBS2007.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jan. 2008.

PARAIM, O. O problema alimentar no sertão nordestino: a eugenia através da alimentação racional. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.23-36, 1944.

PARAIM, O.; LIMA, J. F. Alimentação e saúde pública na área da seca. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.77-90, 1960.

PAULA, R. D. de G. Alimentação, trabalho e indolência. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.67-70, 1949.

POLÍTICA Alimentar. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.3-4, 1947.

O PROBLEMA alimentar brasileiro. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.191-194, 1951.

REELEITO presidente da FAO o Prof. Josué de Castro [transcrições]. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.9, n.4, p.395-401, 1953.

RELATÓRIO do Brasil acerca das atividades no campo da alimentação, de junho de 1948 a junho de 1950, apresentado à II Conferência Latino-Americana de Nutrição. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.7, n.3, p.85-192, 1950.

O RELATÓRIO do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.3-5, 1947.

SANTOS, W. O problema da educação alimentar do Brasil. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.8, n.5, p.365-414, 1951.

SILVA, W. Política de alimentação. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.6-12, 1947.

SIQUEIRA, R. Notas para um planning alimentar brasileiro. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.31-62, 1951.

_____. A influência da fome no comportamento humano. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.38, 1949.

A SITUAÇÃO alimentar brasileira. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.3-5, 1947.

O TRIGO e o problema de nosso pão. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Rio de Janeiro, v.5, n.6, p.2-4, 1948.

VASCONCELOS, F. A. G. *Como nasceram os nossos anjos brancos: a construção do campo da nutrição em saúde pública em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2001.

WEINDLING, P. As origens da participação da América Latina na Organização de Saúde da Liga das Nações, 1920 a 1940. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.555-570, 2006.

